



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 20/13

30 de Dezembro de 2013



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

2014 - Resistir é Preciso!

Depois de uma delegação de dirigentes e associados das três Associações Profissionais de Militares terem entregue na Casa Militar da Presidência da República um ofício no sentido da não promulgação do OE2014 ou do seu envio para fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional, o mais alto magistrado da nação e Comandante Supremo das Forças Armadas assim não entendeu, demonstrando que está mais preocupado com os interesses dessa "entidade suprema" - os mercados - e em validar as inconstitucionalidades impostas pelo governo do que em cumprir o compromisso por si publicamente assumido, declarado e jurado de respeitar e cumprir a Constituição da República Portuguesa.

A fiscalização preventiva da constitucionalidade do OE2014 poderia ter sido solicitada até ao passado dia 25, visto que o documento fora enviado para Belém a 17 de Dezembro. O presidente dispunha de oito dias para o fazer. Assim não quis! Optou por dar cobertura à eventual inconstitucionalidade! Preferiu dar satisfação às entidades estrangeiras que continuam a exigir a perda da nossa soberania, em detrimento da qualidade das condições de vida dos cidadãos portugueses.

**EXIGIR O RESPEITO PELA CRP
É UM DEVER DE CADA MILITAR!
É UMA OBRIGAÇÃO DE CIDADANIA!**

Contudo, o facto de o presidente não o ter feito não significa que a causa esteja perdida. Não!

Ainda existem mecanismos que podem e devem ser utilizados para assegurar que os direitos, os princípios e os valores inscritos na Constituição da República Portuguesa sejam respeitados, à semelhança do que aconteceu com o anterior Orçamento de Estado.

Do mesmo modo como procedemos no passado, também relativamente a este OE2014 iremos apelar ao Tribunal Constitucional, ao Provedor de Justiça, aos grupos parlamentares e a todas as entidades e instâncias possíveis que, em democracia, podem e devem pugnar pela defesa dos cidadãos portugueses e dos seus direitos constitucionais.

2014 - 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

Esta decisão do presidente da República e a reacção do primeiro-ministro ao chumbo imposto pelo Tribunal Constitucional relativamente aos cortes nas pensões de reforma são demonstrativas que em 2014 será preciso resistir! No ano em que se comemora o 40º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, é urgente cerrar fileiras na defesa da Constituição que dela resultou.

2014 - 25º aniversário da ANS

Quando se assinalam os 25 anos da criação da nossa associação representativa de classe, é preciso continuar a resistir. É urgente reforçar o combate na defesa da Condição Militar. É inaceitável o ataque feito à saúde militar, à assistência social complementar, às condições sociais e assistenciais dos militares e suas famílias. É inaceitável a forma como está a ser feita a alteração de legislação enquadradora da Condição Militar, como o EMFAR, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, entre outras. É inaceitável a continuação da imposição de um sistema retributivo que discrimina e trata diferentemente os militares. É inaceitável a reiterada intenção de funcionalização das Forças Armadas. É inaceitável a partidarização das Forças Armadas pela forma como se alteram as suas estruturas superiores sem respeito pelos que servem na instituição. É inaceitável a reiterada prática de sucessivos governos de colocar portugueses contra portugueses.

2014 - 123 anos do "31 de Janeiro"

Por tudo isto, é urgente recuperar o exemplo dos heróis do "31 de Janeiro de 1891" e participar activamente, por todo o país, nas comemorações do Dia Nacional do Sargento. É preciso resistir!

Unidos, confiantes e determinados, resistiremos!

**A Direcção
30 de Dezembro de 2013**